

## PROJETO DE VIDA X ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA – CATEGORIAS DE ANÁLISE

Giancarlo Petrini<sup>1</sup>  
Alessandra Pellegrino Negrão<sup>2</sup>  
Ivna dos Santos da Anunciação<sup>3</sup>  
Gil André Peixinho Vieira<sup>4</sup>  
Bruno Reis da Silva<sup>5</sup>

**RESUMO:** Como parte do projeto “Combate à pobreza e às desigualdades sociais – rotas de inclusão”, foi realizada pesquisa teórica com o objetivo de ampliar estudos sobre a relação entre família e pobreza. A partir da reflexão sobre o conceito de pobreza, foi possível distinguir indicadores de inclusão social e definir categorias de análise para direcionar pesquisa de campo. O grupo que realizou esta pesquisa é constituído por profissionais das áreas de Sociologia, Psicologia, Pedagogia e Economia, que compartilham trabalhos práticos e acadêmicos na área de família e pobreza, atuando numa perspectiva multidisciplinar na região periférica de Salvador. Neste trabalho, optou-se, na metodologia, pela análise teórica a partir de vasta revisão da literatura, configurando historicamente a pobreza (desde a Idade Média até a Contemporânea), e a pobreza no Brasil. Buscou-se compreender como recursos relacionais podem ser integrados à perspectiva de enfrentamento da pobreza urbana, analisando-se o significado das relações familiares e sociais que as pessoas em condição de pobreza podem integrar em função do vínculo com associações e programas governamentais. A pesquisa culminou com a elaboração de conjunto de categorias que será utilizado em investigação empírica futura e na interpretação da realidade de famílias em condição de pobreza: capital humano; capital social; bens relacionais; projeto de vida x estratégias de sobrevivência, e inclusão social. O delineamento destas categorias contribuiu para a compreensão das dimensões relevantes na caracterização de transições sociais em vista da inclusão, considerando mais relevante abordar tais famílias a partir das suas potencialidades e não das suas carências.

**Palavras-chave:** Família; Projeto de vida; Estratégia de sobrevivência.

### INTRODUÇÃO

É difícil pensar uma ação eficaz sobre as condições de pobreza sem que o Estado adote uma política econômica adequada com políticas públicas e mecanismos de redistribuição de renda que favoreça, no Brasil, o investimento produtivo e, através de diversos incentivos, promova a criação de novas vagas de trabalho. Ao mesmo tempo, é necessário que os pobres se envolvam de fato com os dinamismos positivos da economia, para serem integrados ao mercado de trabalho e se beneficiem das circunstâncias favoráveis.

---

<sup>1</sup> Sociólogo, doutor em Ciências Sociais, coordenador do Mestrado Família na Sociedade Contemporânea (UCSal). E-mail: [jcpetrini@terra.com.br](mailto:jcpetrini@terra.com.br). Apoio FAPESB.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de História da Universidade Católica do Salvador - UCSal, bolsista de iniciação científica (FAPESB) do grupo de pesquisa “Família em Mudança” (UCSal).

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de História / UCSal, bolsista de iniciação científica (FAPESB) do grupo de pesquisa “Família em Mudança” (UCSal).

<sup>4</sup> Acadêmico do Curso de Teologia / UCSal, bolsista de iniciação científica (FAPESB) do grupo de pesquisa “Família em Mudança” (UCSal).

<sup>5</sup> Acadêmico do Curso de Ciências Sociais / UFBA. Membro do grupo de pesquisa “Família em Mudança” (UCSal).

Para que o encontro entre os dinamismos macroeconômicos e as decisões pessoais aconteça, podem ser decisivos o ambiente da família e a participação de associações que acompanhem e estimulem as pessoas que vivem em condição de pobreza a disporem da qualificação adequada e da motivação para a inserção. Políticas públicas nacionais ou regionais podem reforçar a iniciativa das famílias e das associações para estarem ativamente presentes nesse processo.

O presente estudo focalizou as esferas de intermediação entre as iniciativas macroeconômicas e as decisões individuais, procurando identificar os fatores que facilitam tal encontro.

O estudo teve por objetivo elaborar categorias que possibilitem investigações futuras do predomínio de *estratégias de sobrevivência* ou de *projetos de vida* presentes em famílias de baixa renda.

Tais categorias são analíticas, abordando dimensões subjetivas e experienciais. Cada categoria apresenta a continuidade de pólos, sendo um deles o de respostas que apontam para a presença de um projeto de vida e o outro de respostas que indicam estratégias de sobrevivência.

## CATEGORIAS

A partir da pesquisa teórica foram elaboradas cinco categorias, descritas a seguir:

### a) *Capital humano*

Capital humano é um conceito já presente na obra de Adam Smith (1948) e em Alfred Marshall (1953). Mas as teorias sobre o capital humano se desenvolveram no século XX, através da contribuição de economistas como Theodore W. Schultz (1961), Gary S. Becker (1962, 1975) e Jacob Mincer (1993). Nos últimos anos, o tema do capital humano é particularmente vivo na UUEE.

O capital humano é constituído pelo conjunto de conhecimentos e pelas competências que a pessoa vai adquirindo ao longo de sua vida, quer na convivência familiar, quer na educação formal, quer por outros meios, que favorecem sua inserção qualificada no mercado de trabalho. Foram elaborados métodos sofisticados para medir, isto é, quantificar o capital humano de uma pessoa, para compreender o impacto no desenvolvimento econômico a nível macro, bem como para explicar a variabilidade dos salários e o diferente sucesso no mundo do trabalho. “O problema crucial de uma economia e de uma sociedade é o incremento deste fator que não pode ser reconduzido a recursos materiais disponíveis e nem à reorganização dos recursos existentes, antes consiste na capacidade de incrementar a genialidade criativa do homem” (VITTADINI, 2004, p. 11). No mesmo texto, de introdução ao livro organizado por Vittadini, explica-se que o capital humano de uma pessoa não pode ser reduzido a um incremento de sua capacidade de trabalho, mensurável em termos de aumento da renda e de riqueza. Trata-se, antes de tudo, do desejo de verdade, de beleza, de justiça, permeado por concepções ideais que tenham a pessoa no centro.

Grande parte dos estudos foi dedicada às relações entre educação e capital humano, procurando compreender como se gera capital humano através do sistema de instrução. O capital humano é o motor do desenvolvimento, não somente no sentido do incremento da produtividade, mas como fator de integração e de superação das desigualdades econômicas e sociais.

Estudos sobre capital humano geralmente se dedicam a investigar o custo para formar ou incrementar um capital humano capaz de produzir inovações científicas e técnicas, capacidades de gerenciar empresas, em busca de estar na disputa de mercado com chances de aumentar lucros e ser bem sucedidos diante da concorrência. Estuda-se, também, a possibilidade de medir o capital humano e o seu custo para oferecer uma remuneração adequada. Por outro lado, interessa

a outros investigadores compreender quais os fatores que efetivamente incrementam o capital humano. Nesse sentido, apesar de entender-se que o crescimento do capital humano não depende exclusivamente da educação formal, mas de diversos fatores externos (famílias, circunstâncias, encontros, etc.), muitos estudos investigam os nexos entre capital humano e educação. Foram realizados estudos estatísticos que avaliam o percentual de aumento nos ganhos mensais de um trabalhador por cada ano a mais de estudo, depois do ciclo primário. Também foi descoberta uma correlação entre patamares de conhecimentos de matemática e níveis salariais. Estas tendências se fortaleceram com a evidência de que a riqueza das nações não depende de recursos naturais ou do trabalho em atividades primárias, mas da formação de pessoas de grande qualificação, capazes de inovar, incrementar a produção e os lucros. Dessa maneira, em geral, a expressão “capital humano” está associada a estudos que formam intelectuais capacitados para inovar e produzir ou administrar altas tecnologias. No caso de nossa pesquisa, isso tem um escasso interesse. Mas a categoria é de suma importância e pode ser re-definida, adaptando-a às nossas necessidades.

Nesse sentido podemos compreender como “capital humano” o conjunto de conhecimentos e de competências, adquiridos ao longo da vida, na educação formal e em outros ambientes, que permitem a uma pessoa superar adversidades (resiliência), superar circunstâncias que muitas vezes estão na origem de estratégias de sobrevivência (auto-abandono, alcoolismo, delinquência e outras formas de renúncia a perseguir um ideal de vida positivo para si e para a família, um ideal capaz de proporcionar integração social) para assumir a elaboração de um projeto de vida.

Mas é necessário investigar as relações familiares, as brincadeiras, a participação em grupos mais ou menos organizados (canto, dança, pesca, etc.); as relações com colegas da mesma idade, as relações com adultos, na tentativa de identificar fatores que jogam a favor das estratégias de sobrevivência e fatores a favor do projeto de vida.

#### *b) Capital social*

O conceito de capital social vem sendo há muito tempo discutido por cientistas sociais nas mais diversas áreas. Os sociólogos Pierre Bourdieu e James Coleman, na década de 80, elevaram o status de capital social a um tópico específico de estudo, tentando entender como indivíduos inseridos em uma rede (network) de relações sociais podem se beneficiar de sua posição ou gerar externalidades positivas para outros agentes. Desde então, o conceito vem sofrendo diversas mutações ao sabor da aplicação específica à qual é utilizado.

No presente artigo utiliza-se a seguinte definição: capital social envolve o conjunto de recursos que um indivíduo ou grupo pode obter a partir de sua posição em uma rede de relações sociais estáveis.

Tais recursos podem ser identificados como bens de serviços, que suprem necessidades básicas das famílias, no âmbito da saúde, educação, saneamento, transporte, dentre outros: postos de saúde, escolas, comércios; linhas de ônibus, rede de esgotamento e saneamento básico, energia elétrica. Associações de bairros, igrejas, instituições filantrópicas e públicas estendem o capital social, compondo as redes de apoio, intermediando as relações da família junto à sociedade como um todo, e em especial ao poder público.

Também integram o capital social recursos ligados ao lazer, como parques, clubes, ou espaços em que são permitidas às famílias desenvolver atividades ao ar livre, esportivas ou de descanso.

#### *c) Projeto de vida x estratégia de sobrevivência*

*Projeto de vida* é concebido como uma perspectiva de futuro que contempla a possibilidade de crescimento formativo e de acesso a um patamar de inserção na sociedade

superior ao atual, como combate à pobreza, conscientemente assumido e sistematicamente perseguido.

No pólo oposto ao projeto de vida situa-se uma postura identificada como “estratégia de sobrevivência”. A pessoa que elabora um projeto de vida visa melhorar as condições de saúde, de educação, de moradia e de trabalho para si ou para algum membro da família, superando a postura de perseguir estratégias de sobrevivência.

O processo de combate à pobreza inicia-se quando a pessoa formula um projeto de vida e se aplica em realizá-lo, objetivando melhorar suas condições de existência. Um projeto de vida tem mais probabilidade de ser formulado por uma pessoa nos casos em que a família dá suporte, estimula, acolhe e valoriza a pessoa. De maneira semelhante, supõe-se que as associações locais ou de origem externa à comunidade proporcionam meios de formação, suporte técnico e psicológico, possibilitando e contribuindo para revisar (ajustar) o projeto de vida em execução.

As estratégias de sobrevivência não estão presentes somente nas pessoas que desenvolvem atividades ocasionais voltadas para conseguir o mínimo indispensável para a sobrevivência momentânea, mas também nas pessoas que não mais saem de casa para procurar trabalho, como também as que engravidam precocemente e as que se envolvem com atividades criminosas, que, via de regra, reduzem as oportunidades de crescimento e até mesmo de sobrevivência. A hipótese que move a investigação é que são decisivos para a elaboração de projetos de vida e para a persistência no combate a pobreza.

#### *d) Bens relacionais*

Bens relacionais são os bens derivados dos laços de parentesco, de vizinhança e comum origem em alguma cidade do interior, e sustentados por vínculos afetivos, de solidariedade e de gratidão, que reforçam o apoio mútuo diante de situações adversas. (DONATI,1998; SARTI, 2003; CARVALHO, 2005; FONSECA, 2004). Nesse sentido, avalia-se o significado das relações familiares e da teia de relações que os pobres podem integrar graças à presença de associações e de programas governamentais na região, que direta ou indiretamente favoreçam a articulação de projetos de vida. A participação de associações, do bairro ou de origem externa, pode convergir para a concretização de projetos de promoção humana, realizando uma mediação entre os jovens, as famílias e o contexto sócio-cultural, em vista de uma integração social mais satisfatória.

#### *e) Inclusão social*

Avalia-se a inclusão social não apenas pelo incremento dos rendimentos mensais das famílias pobres, mas pela integração numa rede de relações significativas no cotidiano. A inclusão social é entendida como um dinamismo que integra dois eixos analíticos fundamentais: a) a inserção do pobre no mercado de trabalho para desempenhar uma **função** para a qual adquiriu os requisitos mínimos de habilidades através de formação educativa adequada e b) integração do sujeito numa rede de relações não definidas pela função, que envolve sempre uma parcialidade da existência pessoal, mas caracterizada pelo **reconhecimento** da pessoa **na sua totalidade**. Assim o sujeito passa a ser relevante para outro, em uma integração de caráter marcadamente subjetivo. (SEN, 2001; CASTELLS, 1989).

## CONCLUSÕES

A hipótese que moveu a investigação é a de que são decisivos para a elaboração de projetos de vida e para a persistência na inserção social, bens relacionais, isto é, aqueles derivados dos laços de parentesco, de vizinhança e de comum origem, e sustentados por vínculos

afetivos e de solidariedade que reforçam o apoio mútuo diante de situações adversas. Nesse sentido, avalia-se o significado das relações familiares e da teia de relações que os pobres podem integrar graças à presença de associações e de programas governamentais, que direta ou indiretamente favoreçam a articulação de projetos de vida. A participação de associações do bairro ou de origem externa pode convergir para a concretização de projetos de promoção humana, realizando uma mediação entre a população, as famílias e o contexto sociocultural em vista de uma integração social mais satisfatória.

## REFERÊNCIAS

BECKER, G. S. **Investment in Human Capital: a theretical analysis**. The Journal of Political Economy, 70 (5), supplement, 1962, p. 9-49.

\_\_\_\_\_. **Human Capital: a theretical and empirical analysis, with special reference to education**. NBER, New York, 1964.

\_\_\_\_\_. **Human Capital**. Columbia University Press, new York, 1975.

CASPAR, P. e AFRIAT, C. **L'investissement intellectuel:essai sur l'économie immateriel**. Econômica, Paris, 1989.

GORI, E. L'Istruzione e investimento in capitale umano. In: **Capitale Umano: la ricchezza dell'Europa**. Op. cit. p. 71-101.

LOVAGLIO, P. **Investimento in capitale umano e disuguaglianze sociali**. In: Vittadini org., op. cit. p. 147-167.

LOVAGLIO, P. G.; COSTA, M. A Method for the estimation of the Distribution of Human capital from Sample Survey os Income and Wealth. In: **American Statistical Association. Business and Economics Statistics Section**, San Francisco, August, 3-7, 2003, in JSM Section Proceedings on CD-Rom, 2003.

MARSHALL, A. **Principi di economia**. UTET, Torino, 1953, p. 57-58.

MINCER, E. J. **Studiesin Human Capital**. Brookfeld, Aldershot, 1993.

SCHULTZ, T. W. **Investment in Human Capital**. American Economic Review, LI, (1), 1961, p. 1-17.

\_\_\_\_\_. **Investment in Human Capital: the role of education and of research**. Free Press, New York, 1971.

SCIFO, G. **Dibattito sul Capitale Umano**. Fondazione Agfnelli, Torino, 1975.

SMITH, A. **Ricerche sopra la natura e le cause della ricchezza delle nazioni**. UTET, Torino, 1948, p. 93.

VITTADINI, G. (org.). **Capitale Umano: la ricchezza dell'Europa**. Guerini e Associati, Milano, 2004.

VITTADINI, G.; DAGUM, C; LOVAGLIO, P. G.; COSTA, M. A Method for the estimation of the Distribution of Human capital from Sample Survey os Income and Wealth. In: **American Statistical Association. Business and Economics Statistics Section**, San Francisco, August, 3-7, 2003, in JSM Section Proceedings on CD-Rom, 2003.